

O PAPEL DA IDEOLOGIA PARTIDÁRIA NA ACCOUNTABILITY (TRANSPARÊNCIA) DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Igor Machado Torres¹
Suzana Quinet de Andrade Bastos²
Fabio Junior Clemente Gama³

Área 1 – Economia

RESUMO:

Este trabalho buscou examinar a relação entre ideologia partidária e *accountability* (transparência) dos municípios brasileiros. Para consecução do objetivo, estima-se uma *cross-section* por Mínimos Quadros Ordinários (MQO), tendo como variável dependente a nota da avaliação de transparência e gestão do MPF e como variáveis explicativas indicadores de desenvolvimento de renda e educação e *dummies* de ideologia partidária – centro, esquerda e direita. Os resultados apontam que não há relação entre a posição política dos gestores e o grau de *accountability* adotado por estes. Contudo, fatores estruturais como renda e educação são relevantes para explicar o empenho deles quanto a prestação de contas para a sociedade.

Palavras-chave: Accountability, Transparência, Democracia, Política.

JEL: H83, H11.

1-INTRODUÇÃO

Na atual conjuntura política brasileira, é possível notar os desdobramentos que a sociedade vem sofrendo no que tange a representatividade do Estado, ocasionados pela corrupção por parte dos políticos, os quais deveriam agir em prol de um Estado democrático de direito.

Nesse sentido, os partidos políticos deveriam exercer um papel fundamental no auxílio de anseios advindos da população, mas, infelizmente, esse preceito não é seguido. Os partidos, uma vez que detém o poder, visam os próprios interesses, e acabam por não suprir os da sociedade, gerando assim uma assimetria de informação entre esta e os governantes. Pode-se denominá-los, respectivamente, como principal e agente, de modo que o principal é o detentor dos recursos e os fornece para o agente os gerenciar. “Dizemos que existe uma relação de agente sempre que houver uma relação de emprego na qual o bem-estar de alguém depende daquilo

¹ Mestre em Economia Aplicada (2019) pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil. E-mail: igortorresmachado@hotmail.com.

² Doutorado em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ) – Professora da Universidade Federal de Juiz de Fora – MG, Brasil. Pesquisador Cnpq nível 2. E-mail: quinet.bastos@gmail.com.

³ Doutor em Economia (2020) pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil. E-mail: f130383@gmail.com.

que é feito por uma outra pessoa. O agente representa a pessoa atuante, e o principal, a parte que é afetada pela ação do agente” (PINDICK; RUBINFELD, 1944, p. 821).

A assimetria da informação ocorre quando a sociedade não possui o mesmo nível de informação que seus agentes, e, desta forma, gera-se uma incerteza por parte do principal em relação à alocação dos recursos financeiros disponibilizados para o Estado. Assim, a qualidade da informação é essencial para esta relação, uma vez que assimetrias informacionais geram distanciamento entre o principal e o agente. Deste modo, é fundamental que os governantes tornem públicos não só os próprios atos, mas também disponibilizem informações relativas à administração pública, de forma a tornar o governo cada vez mais transparente.

Entretanto, o conceito de *accountability* não se refere apenas ao processo de prestação de contas, mas também a um processo político e democrático de exercício da autoridade por parte dos cidadãos. Dessa forma, o conceito é aprimorada tomando em consideração os seguintes aspectos: i) os eleitores devem poder saber a quem atribuir de fato responsabilidade pelo desempenho do governo; ii) os eleitores devem poder votar para destituir do governo os partidos responsáveis por mau desempenho; iii) os políticos devem ter incentivos para querer ser reeleitos; iv) os eleitores devem dispor de instrumentos institucionais para recompensar e punir os governos pelos resultados que produzem em diferentes domínios (PRZEWORSKI, 2001). De acordo com essa perspectiva, a *accountability* se realiza na dimensão de uma democracia eleitoral.

O presente trabalho parte do pressuposto de que a responsabilização partidária pela má conduta dos candidatos, via mecanismos de *accountability*, seria uma alternativa para enfrentar a corrupção recorrente no sistema político brasileiro. Neste contexto, o objetivo do presente trabalho é identificar a influência que a ideologia partidária tem na *accountability* dos municípios brasileiros, ou seja, se os fundamentos ideológicos apresentados nos estatutos dos partidos são relevantes para explicar o quão os gestores são transparentes perante a sociedade⁴. Para consecução do objetivo, estima-se uma *cross-section* por MQO, tendo como variável dependente a nota da avaliação de transparência do Ministério Público Federal (MPF) no ano de 2016, e variáveis explicativas: a nota da avaliação de transparência do MPF no ano de 2015, variáveis estruturais – Índices FIRJAN de desenvolvimento municipal para Educação e Renda – e *dummies* de ideologia partidária – centro, esquerda e direita.

Tendo em vista a existência de poucos trabalhos empíricos que buscam estabelecer a comparação do espectro ideológico dos partidos políticos com a transparência na gestão municipal, o presente trabalho tem o propósito de ampliar a reflexão sobre o tema para o eleitorado brasileiro, que, segundo Castro (1994), é composto por uma grande parcela de

⁴ A origem e a ideologia dos partidos podem contribuir, para a melhor compreensão do tipo de organização, o desenvolvimento e até as ações de um partido (DUVERGER, 1980).

pessoas que se embasam em imagens vagas e difusas dos candidatos. Segundo a autora, o eleitor que busca conhecer os partidos e seus candidatos para estabelecer seu voto é uma minoria. Além disso, ao utilizar os dados do MPF o trabalho se propõe a ser o primeiro a avaliar o efetivo cumprimento da lei nº 12.527/2011, a qual regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas nos municípios e estados da federação brasileira.

Além desta introdução, o trabalho é composto por mais 4 seções. A próxima discorre sobre a literatura focada na *accountability*. A seção 3, apresenta a base de dados. A quarta expõe a metodologia e o modelo empírico, e na quinta apresentam-se os resultados. Por fim, tem-se as considerações finais.

2- ACCOUTABILITY (TRANSPARÊNCIA) DA GESTÃO PÚBLICA

Para Filgueiras (2011), após o processo de redemocratização na América Latina ocorrido na década de 1980, houve uma mudança no posicionamento da sociedade em prol do aprofundamento da *accountability* e um aumento da transparência pública das entidades. Esta nova postura levou a criação de espaços públicos, bem como o aumento da presença civil nos diálogos e tomada de decisão concernentes aos assuntos da ordem pública. Gama e Rodrigues (2016) destacam, a relevância que o papel da transparência e amplo acesso a informações públicas desempenham na constituição dos pilares fundamentais de um governo amplo e participativo do ponto de vista social.

A *accountability* associada à transparência pública torna a responsabilização dos atos dos gestores mais clara e simples. Entre as obrigações dos gestores das instituições públicas está contida a prestação de contas de forma transparente perante a sociedade de forma geral, sendo passível a avaliação, questionamento e punição dos atos executados por estes indivíduos - via mecanismos democráticos disponíveis. Assim, pode-se reconhecer que há uma potencialidade para introdução civil no processo de decisões efetivas que permeiam os rumos do Estado. (O'DONNELL, 1994).

De acordo com Prado (2004), é possível compreender o termo *accountability* como um princípio expresso por meio de mecanismos institucionais que visam obrigar o governo a prestar contas para a sociedade. Para a sua plena realização, esses mecanismos devem garantir que a ação dos governantes ocorra de forma transparente, permitindo que os cidadãos não só sejam informados sobre as ações, mas também possam participar das decisões, propiciando a eles influenciar na definição das metas coletivas, não somente através de seus votos, mas ao longo de todo o mandato de seus representantes.

Desta forma, a abertura pública de maneira transparente incentiva o alinhamento entre a sociedade e as decisões tomadas por gestores, estimula a participação popular; além de

acentuar o caráter responsivo que os governantes possuem diante da sociedade civil, suscetível a averiguações e penalizações de seus atos (FILGUEIRAS, 2011).

No caso brasileiro, a Constituição Federal (1988) vem colocar em maior perspectiva a transparência na administração pública do país. A publicidade é adicionada aos princípios da administração pública, submetendo os órgãos administrativos a prestação de contas – *accountability*. Com a Constituição, também são criados Conselhos Gestores de Políticas Públicas, nos níveis municipal, estadual e federal, com representação partidária a níveis de Estado e sociedade civil, estabelecendo, então, dispositivos que tornam o processo democrático mais direto e participativo. Já nos anos 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - Lei nº 101-, corrobora para que a efetividade e eficiência se façam presentes na esfera pública, através da normatização das finanças públicas com foco na conduta e responsabilidade dos governantes no âmbito fiscal. Alguns dos dispositivos estabelecidas com a LRF – através do artigo 48 - foram orçamentos; leis de diretrizes orçamentárias; prestação de contas e parecer prévio associado; o Relatório de Gestão Fiscal e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária; entre outros. Com a aprovação da Lei Complementar nº 131/2009, conhecida também como Lei de Transparência Pública, foi determinada a liberação ao amplo conhecimento popular e acompanhamento da sociedade de todas as informações sobre a execução financeira e orçamentária da União, dos Estados e dos Municípios em portais eletrônicos online (BERNARDO *ET AL*, 2017).

A partir de 2011, com a promulgação da lei 12.527/2011, o Brasil vem a se tornar o 89º país a adotar uma Lei de Acesso à Informação Pública⁵. Essa lei tem, como principal objetivo, reforçar a *accountability* democrática se tornando um instrumento para a obtenção de um país mais aberto e responsivo, e, neste intuito, ela torna pública todas as informações dos órgãos governamentais (MEDEIROS *ET AL*, 2014).

2.1. Evidências empíricas

Em termos empíricos, muitos esforços foram realizados para identificar os fatores políticos e socioeconômicos que se relacionam com o nível da transparência da gestão pública. Cruz *et al* (2012) buscaram identificar os fatores que influenciam a transparência de informações relativas à gestão fiscal, divulgadas nos portais eletrônicos dos maiores municípios do estado do Rio de Janeiro. Os autores utilizaram variáveis socioeconômicas para analisar a relação com o Índice de Transparência Fiscal Eletrônica (ITFE). Os resultados revelam que existe associação entre os indicadores sociais e econômicos, e os níveis de transparência fiscal em meio eletrônico. Neste mesmo trabalho, os autores ampliaram a base de dados para os grandes municípios brasileiros. Os achados indicaram a presença de correlação entre condições

⁵ A norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades.

socioeconômicas e os níveis de transparência, observado nos sites das instituições, medido através das divulgações informativas acerca da gestão pública. A relação encontrada é, de forma geral, de ordem positiva, levando a concluir, então, que maiores níveis de transparência dos municípios estão associados com condições socioeconômicas mais elevadas. Leite Filho *et al.* (2015), encontram resultados similares para o estado de Minas Gerais, e, ainda, verificam uma relação que aponta para maior transparência em municípios mais populosos. Outro estudo – Grimmelikhuijse e Welch, 2012 - também demonstra melhores resultados em transparência naquelas localidades em que há melhores índices sociais e maiores níveis de investimentos per capita nas áreas de saúde e educação.

Grimmelikhuijse e Welch (2012) buscaram elucidar os determinantes da transparência em governos locais observados nos websites. Pressão de grupos externos, capacidade organizacional, influência política e atenção da mídia são as características determinantes para que haja uma maior transparência por parte dos governos nesta plataforma. Em Paiva e Zuccolotto (2009) é verificada a relação positiva entre municípios com maiores receitas e a divulgação de informações em meio eletrônico aberto ao público; fato que se associa a maior disponibilidade de recursos destes governos para realização de investimentos no gerenciamento informacional.

Pelos trabalhos anteriores, observa-se que fatores socioeconômicos, demográficos e financeiros podem ter poder explicativo sobre o nível de transparência da gestão pública municipal. Assim, os estudos empíricos vêm focando na investigação das causas exógenas da transparência fiscal, concedendo, desta forma, pouco destaque às causas internas deste processo.

Alt *et al.* (2006), é um dos poucos estudos que analisa a transparência considerando fatores endógenos. Estes autores, buscando os determinantes da transparência fiscal nos estados americanos, utilizam, além de variáveis quantitativas, outras como: competição política, polarização política, nível de competição do governo, dívida dos governos, superávit fiscal e déficit fiscal. Os autores concluem que o ambiente fiscal e o cenário político influenciam o nível de transparência dos estados; além de que um maior nível de competição política está associado a níveis de transparência mais elevados. Bellver e Kaufmann (2005) incluem componentes econômicos/institucionais e políticos ao construir um índice que mede a transparência para 194 países. Novamente, os melhores níveis de transparência estão associados a indicadores socioeconômicos e humanos mais elevados, e ao alto nível de competição política.

Zuccolotto e Teixeira (2014) buscam identificar e medir os aspectos políticos e institucionais - entre outros - determinantes na transparência fiscal dos estados brasileiros (26 estados e DF). O modelo traz como variável dependente a transparência fiscal, medida através do índice do Contas Abertas para os Estados (ITE). As variáveis políticas (explicativas)

utilizadas são duas: Partido Político, que corresponde ao partido político do governador em exercício; e a variável Competição do Governador, que descreve a alternância ou não de determinado partido político no poder após as eleições estaduais como proxy de competição do governador. Os resultados demonstram a não significância para ambas as variáveis de caráter político. Desta forma, os partidos políticos analisados (PT, PSDB, PMDB, PMN, PSB e DEM) não se diferenciam em seus níveis de transparência.

Para os autores, os resultados encontrados - partidos políticos e a competição do governador não terem influência sobre a transparência no Brasil – não são altamente surpreendentes, uma vez que, as estratégias de eleição adotadas por governantes e seus partidos não seguem nenhuma lógica no tocante a ideologias partidárias. As coalizões interpartidárias firmadas não assumem uma orientação vertical na qual seria verificada uma composição similar em âmbito federal, estadual e municipal.

3-BASE DE DADOS

Os dados eleitorais foram retirados do site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do qual foram extraídos os resultados das eleições para prefeito no ano de 2012 de todos os municípios brasileiros⁶. A base de dados é composta por dados do primeiro e segundo turno das eleições, assim como os resultados das eleições suplementares, que ocorrem quando há a perda do mandato do candidato eleito em pleito majoritário ou ainda quando por decisão da Justiça Eleitoral houver indeferimento ou cassação do registro do candidato eleito.

A fim de evitar possíveis vieses estatísticos, não foram analisados partidos com baixa representação política. Desse modo, os partidos Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido da Causa Operária (PCO), Partido Ecológico Nacional (PEN), Partido Republicano da Ordem Social (PROS), Rede Sustentabilidade (Rede), Solidariedade (SD), Partido Novo, Partido da Mulher Brasileira (PMB) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) saíram da amostra, por contarem com menos de cinco prefeituras.

O critério adotado para apontar a ideologia do partido (Quadro 1) se consistiu na análise do conteúdo dos estatutos dos partidos, assim como a avaliação de especialistas no trabalho de Tarouco e Madeira (2013), a percepção da opinião pública e o comportamento dos parlamentares (FERNANDES, 1995; BABIRESKI, 2016; ROEDER, 2016) e a autodeclaração dos políticos (VASCONCELLOS, 2016). Esses critérios, no entanto, podem sofrer limitações, já que a avaliação de especialistas pode sofrer viés ideológico dos analistas e eleitores que os

⁶ Nos municípios que tiveram eleições extraordinárias de 2012 e 2016, considerou-se o partido do prefeito em exercício na data da avaliação.

classificam. Os estatutos podem também ser viesados de acordo com comportamento estratégico dos partidos ao elaborarem.

Quadro 1: Ideologia e número de prefeituras dos partidos políticos -2012

Partido	Sigla	Ideologia	Prefeituras
Democratas	DEM	Direita	280
Partido da Mobilização Nacional	PMN	Direita	42
Partido Progressista	PP	Direita	473
Partido da República	PR	Direita	270
Partido Republicano Brasileiro	PRB	Direita	80
Partido Republicano Progressista	PRP	Direita	23
Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	PRTB	Direita	16
Partido Social Cristão	PSC	Direita	82
Partido Social Democrático	PSD	Direita	497
Partido Social-Democrata Cristão	PSDC	Direita	10
Partido Social Liberal	PSL	Direita	23
Partido Trabalhista Brasileiro	PTB	Direita	295
Partido Humanista da Solidariedade	PHS	Centro	16
Partido do Movimento Democrático Brasileiro	PMDB	Centro	1017
Partido da Social-Democracia Brasileira	PSDB	Centro	700
Partido Trabalhista do Brasil	PT do B	Centro	24
Partido Trabalhista Cristão	PTC	Centro	20
Partido Trabalhista Nacional	PTN	Centro	13
Partido Comunista do Brasil	PC do B	Esquerda	54
Partido Democrático Trabalhista	PDT	Esquerda	307
Partido Pátria Livre	PPL	Esquerda	10
Partido Popular Socialista	PPS	Esquerda	123
Partido Socialista Brasileiro	PSB	Esquerda	442
Partido dos Trabalhadores	PT	Esquerda	645
Partido Verde	PV	Esquerda	104

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2016.

De acordo com o modelo downsiano, baseado no modelo espacial de competição de Harold Hotelling (1929) e de seu aprimoramento por Arthur Smithies (1941), os partidos se posicionam em relação à importância da intervenção do estado na economia, entre a esquerda (maior controle governamental) e a direita (maior liberdade de mercado). O pressuposto é que essas preferências são decorrentes dos vínculos dos partidos com as classes sociais, a esquerda se identificando com as bandeiras do igualitarismo e representando as classes trabalhadoras e menos favorecidas, enquanto a direita se aproxima mais dos ideais conservadores e de liberdade individual (DOWNS, 1999).

Avaliada por meio da localização na dimensão esquerda-direita, as preferências ideológicas dos partidos políticos explicariam desde os gastos sociais do governo até os resultados macroeconômicos. Segundo Tarouco (2008), os gastos sociais, que afetam os resultados macroeconômicos, são medidas redistributivas e, portanto, medidas preferidas por governos ocupados por partidos de esquerda, enquanto partidos de centro e de direita tendem a adotar políticas de ajuste.

Entretanto, os partidos políticos tendem a se mover através do espectro ideológico em suas formulações de política com o objetivo de conseguir um maior eleitorado e conseqüentemente um maior número de votos. Com isso, as posições ideológicas podem variar de acordo com a perspectiva do eleitorado mediano, se deslocando por muitas vezes para o centro (DOWNS, 1999).

Os dados de avaliação de transparência foram adquiridos no site do Ministério Público Federal, no Ranking Nacional de Transparência⁷, no qual foram avaliados os portais dos 5.567 municípios brasileiros em duas avaliações, a primeira entre 08/09/2015 e 09/10/2015, e a segunda entre 09/05/2016 e 20/05/2016.

A avaliação se consistiu em um questionário aplicado pelas unidades do MPF em todo o Brasil, e conta, essencialmente, com sua formulação baseada nas exigências legais, tais como questões acerca da transparência prestada pelos governantes com relação à receita, despesa, licitações, contratos, relatórios, e a forma como são passados os dados para a população - se o município possui um portal com suas informações na internet e se possui boas práticas de transparência, divulgando por exemplo, a remuneração individualizada por nome do agente público (Anexo 1⁸).

Cada uma das questões possui um peso no cálculo da pontuação, que varia de 1 a 10, porém não estão previstos no questionário 100% das exigências legais, sendo que as leis de transparência foram avaliadas e aqueles municípios que conseguiram uma pontuação elevada, estão com níveis satisfatórios de transparência de acordo com o MPF.

As variáveis socioeconômicas foram extraídas da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, as quais correspondem aos índices Desenvolvimento Municipal para as áreas de Emprego e Renda, e Educação. Os dados são do ano de 2013 devido à falta de informações atualizadas para todos os municípios, contudo, o fato dos índices de desenvolvimento normalmente terem pouca variação no tempo, a possibilita empregar valores defasados para representar valores presentes sem grandes perdas de informação. Assim, acredita-se que os valores de 2013, são proxies razoáveis para representar os índices de 2016, face o pequeno lag temporal que os separam.

O índice de educação é composto por: Matrículas na educação infantil, Abandono no ensino fundamental, Distorção idade-série no ensino fundamental, Docentes com ensino superior no ensino fundamental, Média de horas aula diária no ensino fundamental e Resultado do IDEB no ensino fundamental. Já as variáveis que compõem o índice de renda e emprego são: Geração de emprego formal, Absorção da mão de obra local, Geração de Renda formal,

⁷ <http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/ranking/mapa-da-transparencia/ranking/resultados>

⁸ Com os pontos avaliados e seus respectivos pesos, que foram estabelecidos por meio de votação entre as diversas instituições de controle que participaram da sua elaboração na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA).

Salários médios do emprego formal e Desigualdade. Por fim, a leitura dos índices segue o mesmo padrão, isto é, com os índices variando entre 0 e 1, então, de acordo com a metodologia da FIRJAN, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade.

4- METODOLOGIA E MODELO EMPÍRICO

Para estimar os parâmetros do modelo utiliza-se o método MQO. O MQO consiste em um estimador que minimiza a soma dos quadrados dos resíduos de uma regressão, de modo a maximizar o grau de ajuste do modelo aos dados observados. Ao utilizar o método dos MQO, deve-se ater a algumas premissas a respeito das variáveis, sendo elas a média condicional zero, a não colinearidade e a homocedasticidade. Na média condicional zero, a condicional em relação à totalidade da matriz X, cada erro terá média zero: $E(u_i|X) = 0$, $i = 1, 2, \dots, n$.

Como os erros não são variáveis observáveis, é necessário o estabelecimento de pressupostos referentes às propriedades estatísticas distribuição para que possa se ter uma base para estimação. O valor assumido pelo erro em qualquer tempo t da amostra depende de certa probabilidade, e sendo um desvio, ele pode ter caráter positivo, negativo ou nulo. Pressupõe-se, que o valor esperado desse desvio seja zero para todas as observações. Esse pressuposto significa que, na média, todas as influências das variáveis excluídas do modelo tenderão a se anular. Logo, o erro não tem qualquer influência sobre Y e o modelo se apresenta corretamente especificado em termos das variáveis explicativas.

A multicolinearidade refere-se ao caso em que existe uma alta correlação entre duas ou mais variáveis explicativas, o que torna difícil o isolamento de seus efeitos individuais na variável explicada. Segundo Gujarati (2000), na presença de multicolinearidade, os coeficientes estimados pelos MQO podem ser estatisticamente não significantes ainda que tenha um R² alto. Caso haja perfeita multicolinearidade, apesar dos coeficientes serem determinados, eles irão possuir erros padrões muito grandes em relação aos seus coeficientes, afetando a precisão da estimativa.

A colinearidade existente entre duas variáveis explicativas é medida pelo coeficiente de correlação entre elas, e a primeira indicação da existência de multicolinearidade é quando o R² é alto, porém os coeficientes de regressão não são estatisticamente significativos⁹.

Na homocedasticidade, dados os valores de X, a variância do termo de erro u_i é igual para todas as observações. Ou seja, as variâncias condicionais de u_i são iguais, ou seja:

$$\begin{aligned} \text{var}(u_i|X_i) &= E[u_i - E(u_i|X_i)]^2 & 1) \\ &= E(u_i^2|X_i) = \sigma^2 \end{aligned}$$

⁹No anexo 1 as correlações entre as variáveis explicativas indicam a inexistência de colinearidade perfeita.

Para que se consiga estimar o modelo de regressão, utiliza-se variáveis qualitativas (*dummy*) e variáveis quantitativas. A variável *dummy* é uma forma de introduzir fatores qualitativos nos modelos econométricos, e se baseia na utilização dessas variáveis para indicar a presença ou ausência de determinada característica. Ela é frequentemente chamada de variável dicotômica, visto que assume apenas um de dois valores, geralmente 0 ou 1.

Considere a equação de regressão linear de uma *dummy*:

$$Y_i = \beta_1 + \beta_2 X_{2i} + \beta_3 X_{3i} + \dots + \beta_k X_{ki} + u_i, \quad 2)$$

ou, em uma notação mais simples:

$$Y_i = \mathbf{X}_i \boldsymbol{\beta} + u_i \quad 3)$$

onde \mathbf{X}_i é o vetor (1xK) de componentes 1, X_{2i} , X_{3i} , ..., X_{ki} e $\boldsymbol{\beta}$ o vetor (Kx1) de coeficientes de regressão, e Y_i designa uma variável binária de valor 1 ou 0. O valor 1 será atribuído à posição ideológica do partido do prefeito do município da base de dados, enquanto atribui-se 0 para todas as outras duas posições, não podendo ser observado, portanto, dois valores não nulos como correspondendo à verificação.

O modelo tem os partidos políticos subdivididos em três grupos, separados de acordo com suas ideologias políticas, sendo partidos de direita, de esquerda e de centro. Uma forma de estimar o modelo seria considerar separadamente cada um dos grupos de observações e ajustar três modelos de regressão distintos. As retas de regressão que melhor se ajustariam ao modelo teriam a seguinte estrutura.

$$y_i = \alpha_1 + \beta X_i + u_i \text{ para o primeiro grupo} \quad 4)$$

$$y_i = \alpha_2 + \beta X_i + u_i \text{ para o segundo grupo} \quad 5)$$

$$y_i = \alpha_3 + \beta X_i + u_i \text{ para o terceiro grupo.} \quad 6)$$

Entretanto, a estimação desses modelos não resultaria exatamente o mesmo valor para β , parâmetro esse que assume ser comum às três especificações. Mas como os três grupos reagem de forma semelhante a uma variação unitária na variável X, assim, reúnem-se todas as observações para ajustar um modelo de regressão que produza três termos independentes diferentes, mas apenas uma estimativa para o coeficiente de inclinação. A definição de regressores *dummy* se mostra como o procedimento adequado para o objetivo do trabalho. Sendo assim, a definição das variáveis seriam:

$$D_{2i} = \begin{cases} 1, \text{ caso a observação verifica a característica que defina o segundo grupo} \\ 0, \text{ caso contrário} \end{cases}$$

$$D_{3i} = \begin{cases} 1, \text{ caso a observação verifica a característica que defina o terceiro grupo} \\ 0, \text{ caso contrário} \end{cases}$$

Após a definição das variáveis, ajusta-se a equação de regressão da seguinte forma:

$$y_i = \alpha_1 + (\alpha_2 - \alpha_1)D_{2i} + (\alpha_3 - \alpha_1)D_{3i} + \beta X_i + u_i, \quad 7)$$

O que permite uma única estimativa para β e três ordenadas na origem distintas. Note que, quando $D_{2i} = D_{3i} = 0$, o modelo do primeiro grupo se reduz a:

$$y_i = \alpha_1 + \beta X_i + u_i \quad (\text{primeiro grupo}); \quad 8)$$

Quando $D_{2i} = 1$ e $D_{3i} = 0$,

$$y_i = \alpha_2 + \beta X_i + u_i \quad (\text{segundo grupo}); \quad 9)$$

e, finalmente, quando $D_{2i} = 0$ e $D_{3i} = 1$,

$$y_i = \alpha_3 + \beta X_i + u_i \quad (\text{terceiro grupo}). \quad 10)$$

O ajustamento da regressão é uma forma alternativa de representar todas as outras equações, e mostra que a aplicação dos regressores *dummy* torna possível a estimação de um modelo com parâmetros variáveis. O coeficiente da variável *dummy* D_2 representa a diferença entre os termos independentes das equações de regressão relativas aos dois primeiros grupos, e semelhantemente, o coeficiente da variável *dummy* D_3 representa a diferença entre os termos independentes do terceiro grupo.

Pode-se tornar isso mais claro fazendo a representação do ajustamento da equação na forma equivalente:

$$y_i = \alpha_1 + \delta_2 D_{2i} + \delta_3 D_{3i} + \beta X_i + u_i, \quad 11)$$

em que $\delta_2 = (\alpha_2 - \alpha_1)$, e $\delta_3 = (\alpha_3 - \alpha_1)$. Sendo assim, ter-se-ia para cada um dos grupos de observação o seguinte modelo de regressão linear.

$$y_i = \alpha_1 + \beta X_i + u_i \quad \text{se } D_{2i} = D_{3i} = 0 \quad 12)$$

$$y_i = (\alpha_1 + \delta_2) + \beta X_i + u_i \quad \text{se } D_{2i} = 1 \text{ e } D_{3i} = 0 \quad 13)$$

$$y_i = (\alpha_1 + \delta_3) + \beta X_i + u_i \quad \text{se } D_{2i} = 0 \text{ e } D_{3i} = 1. \quad 14)$$

De uma forma mais simples, a variação na reta da regressão será a mesmo para todos os valores de X. Dada a relação entre Y e o erro, pode se mostrar que a variância de Y será igual à variância do erro. Sendo assim, essa pressuposição implica que a dispersão dos valores populacionais de Y é a mesma independentemente do nível de X (GUJARATI, 2003). Assim, o modelo empírico a ser estimado é dado por:

$$\begin{aligned} AVA_2_i = B_0 + AVA_1_i B_1 + RENDA_i B_2 + EDUC_i B_3 + CENT B_4 \\ + CENT_D B_5 + CENT_E B_6 + U_i \end{aligned} \quad 15)$$

Em que, AVA_1_i e AVA_2_i representam as avaliações do MPF no município i nos anos de 2015 e 2016 respectivamente ; $RENDA_i$ e $EDUC_i$ representam os índice de desenvolvimento municipal FIRJAN para as áreas de renda e educação respectivamente; $CENT$, $CENT_D$ e $CENT_E$ são *dummies* de clusters que representam as posições políticas de centro, de direita e de esquerda respectivamente e U_i é um termo de erro aleatório.

No que tange as relações previstas, espera-se sinal positivo do indicador de educação com o grau de transparência da gestão pública. Pois, uma sociedade mais instruída, desempenha

melhor seus deveres de cidadãos, no qual está incluído uma maior participação da vida pública - cobrança sobre os gestores, e eleição de gestores mais comprometidos com a gestão pública, entre outros¹⁰. Da mesma forma, acredita-se que há relação positiva entre renda e transparência da gestão pública, pois, um maior nível de renda implica em maior acesso à informação e o exercício da cidadania¹¹. Por fim, a avaliação de transparência do MPF de 2015 entra no modelo como variável explicativa a fim de captar os efeitos inerciais, ou seja, como os gestores tomam decisões sobre *accountability*, de acordo com a nota observada no período anterior¹². A nota anterior pode apresentar ligação positiva ou negativa com a avaliação de 2016 de acordo com as posições dos gestores em relação ao ônus ou bônus político. Por exemplo, se na média os gestores acreditam que a redução do ônus político de uma nota baixa seja mais importante do que o bônus político de uma nota mais elevada, então, espera-se que uma relação negativa entre as notas, isto é, quanto menor a nota passada, maior será a variação da nota presente face à busca dos gestores em reduzir o ônus político. Por outro lado, se na média os gestores acreditam que a ampliação do bônus político de uma nota elevada seja mais importante do que a redução do ônus político de uma nota baixa, então, espera-se relação positiva entre a nota anterior e a nota presente.

5- ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS E RESULTADOS

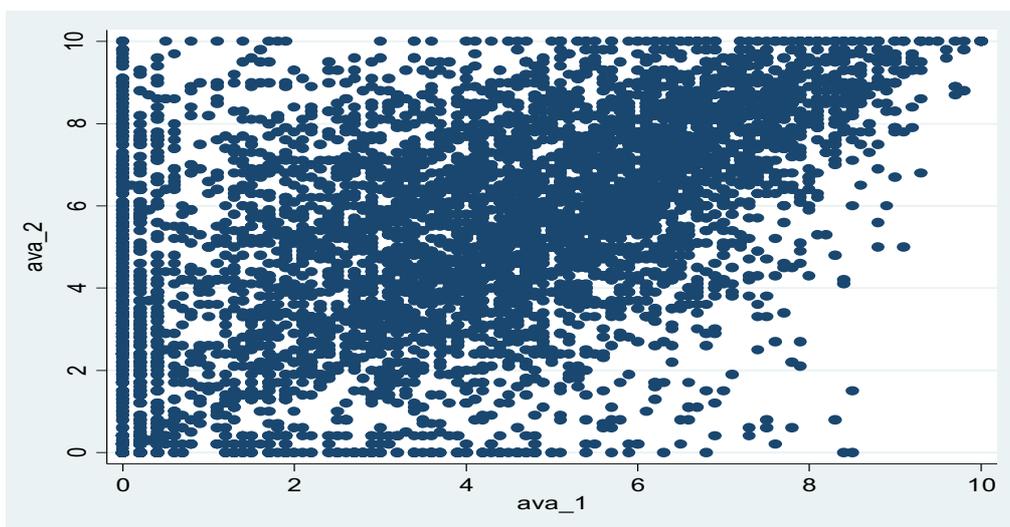
Análise descritiva dos dados é importante para que se tenha uma percepção da relação entre as variáveis explicativas e a variável dependente. Nota-se que a partir da leitura da Figura 1, a relação entre a nota da primeira avaliação do MPF e a nota da segunda avaliação é positiva, indicando que pode haver efeito inercial na tomada decisão dos gestores. A relação positiva indica que na média, os políticos acreditam que a ampliação do bônus político seja mais importante do que a redução do ônus político de uma nota baixa. Assim, existe um maior esforço por parte da classe política em obter de melhores notas nas avaliações que se seguem a fim de capitalizar o bônus da exposição pública do que reduzir o ônus político de uma nota baixa exposta pelo MPF.

Figura 1– Dispersão AVA_1 X AVA_2

¹⁰ Ver Tonet (2005) e Fernandes (2011).

¹¹ Ver Takahashi (2000), Rocha (2000) e Rice (2002).

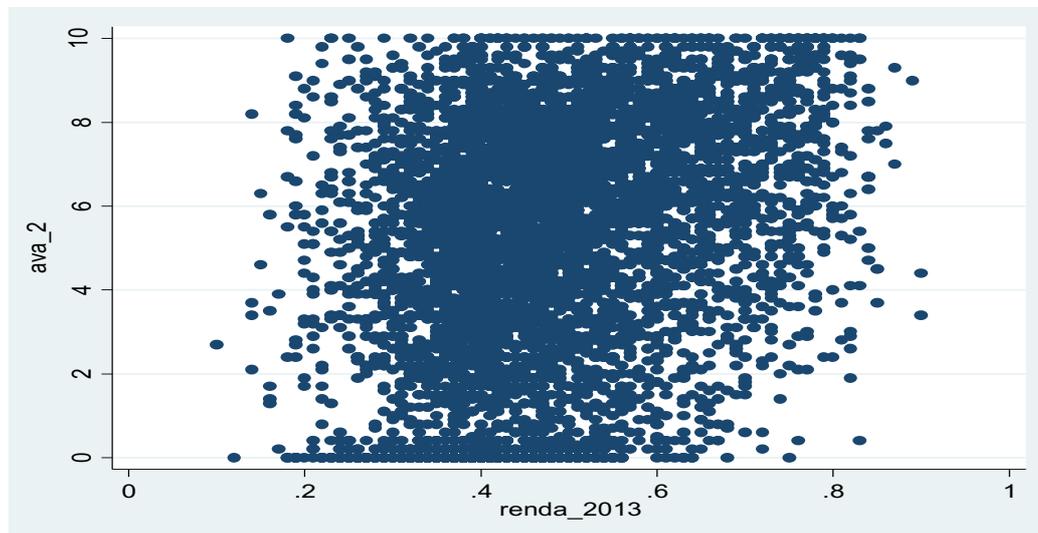
¹² Choo (2003), apresenta uma discussão de como os agentes tomam suas decisões de acordo com a avaliação de experiência observadas.



Fonte: Elaboração Própria

A dispersão entre o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, indicador renda – renda_2013 - e a segunda nota do MPF sugere uma relação positiva entre a renda da população e a *accountability* por parte dos gestores públicos – Figura 2. Este resultado fornece indícios a favor da hipótese de que quanto maior o nível de renda da população, maior será o acesso à informação, ampliando o exercício da cidadania da sociedade como um todo – principalmente exigências de transparência na administração pública.

Figura 2– Dispersão Renda_2013 X AVA_2



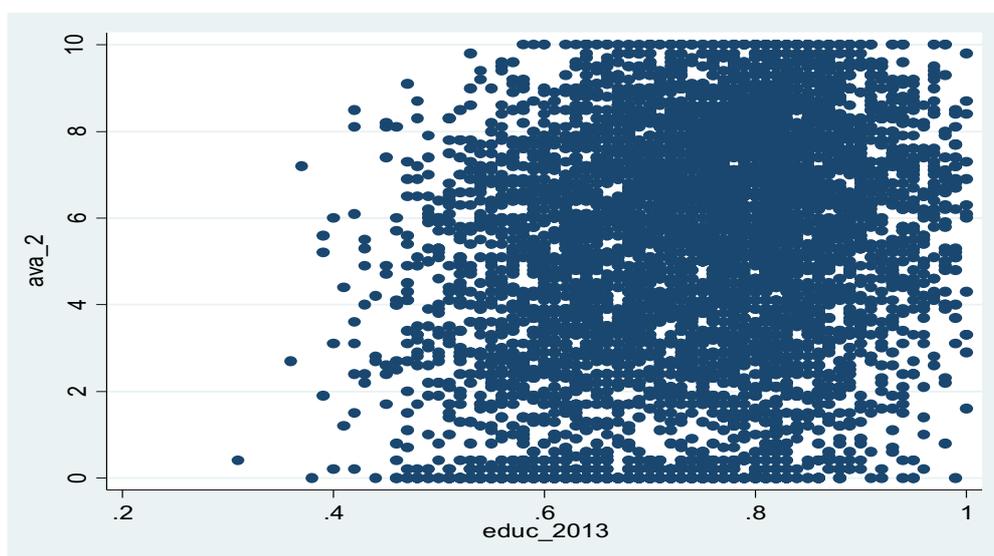
Fonte: Elaboração Própria

A Figura 3 apresenta a dispersão entre o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal indicador educação – Educ_2013 - e a nota da segunda avaliação do MPF, a qual sugere uma relação positiva entre educação e *accountability* na gerência dos bens comuns. Esta relação reforça a hipótese de que níveis de educação mais elevados, refletem em maior comprometimento da sociedade com a gestão pública. Pois, uma sociedade mais instruída, tem um conhecimento mais amplo das obrigações a serem desempenhadas pelos seus gestores e, portanto, tendem a elevar as exigências sobre as ações deles- como maior transparência na

administração. Além disso, uma sociedade com maior instrução, normalmente procura eleger governantes mais comprometidos com o controle dos bens comuns.

Na Tabela 1 foram estimados os coeficientes do modelo empírico a fim de tornar robustos os resultados¹³ previamente apresentados. Os primeiros três coeficientes indicam a relação entre a nota do MPF e as variáveis de controle do modelo empírico. A avaliação anterior se mostra significativa a 99% de confiança para explicar as variações na avaliação subsequente. Além disso, o parâmetro se mostra com sinal positivo, sugerindo que o aumento de 1 ponto na primeira nota, implica em um aumento de aproximadamente 0.57 ponto na próxima nota. Por outro lado, a variável que mensura a influência do nível de educação nos municípios sobre a avaliação da gestão pelo MPF – Educ_2013-, mostra-se significativa a 99% de confiança e com sinal positivo, apontando que um aumento de 1 ponto no índice de educação eleva em aproximadamente 1 ponto a nota do MPF.

Figura 3– Dispersão Educ_2013 X AVA_2



Fonte: Elaboração Própria

Tabela 1 -Resultado da regressão

Regressores\Regredido	ava_2
ava_1	0.574*** (0.0129)
renda_2013	2.253*** (0.260)
educ_2013	1.071*** (0.288)
cent_d	2.353 (1.847)
cent	2.423 (1.847)

¹³Na análise econométrica o número de observações foi de 5515, pois foram excluídos os municípios administrados por partidos com baixa representação política e os municípios que não apresentaram dados para pelo menos uma das variáveis do modelo. Além disso, a fim de evitar o problema de heterocedasticidade, estimou-se o modelo por MQO robustos.

cent_e	2.356 (1.847)
Constant	-1.299 (1.857)
N	5,515
R ²	0.348

* $p < 0.1$ ** $p < 0.05$ *** $p < 0.01$

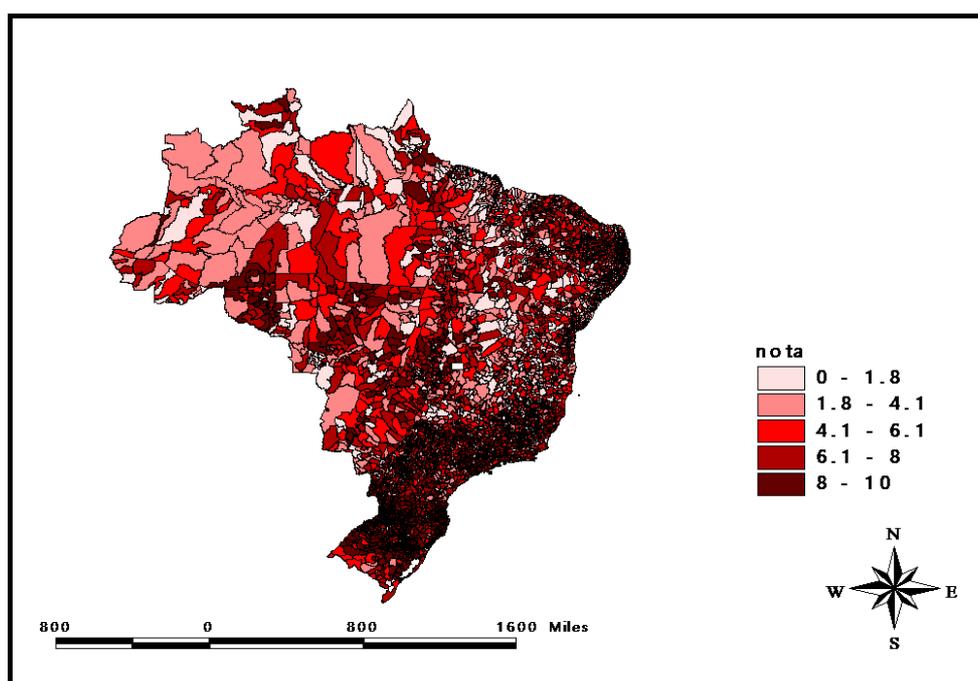
† Erros padrões robustos entre parênteses

Fonte: Elaboração própria

Por fim, a variável que avalia a relação entre a nota do MPF e a renda dos municípios, revela-se significativa a 99% de confiança e com sinal positivo, apontado que um aumento de 1 ponto no indicador de renda, reflete em um aumento de aproximadamente 2.25 pontos na nota do MPF. Em suma, as variáveis de controle mostram-se significativas e com sinais de acordo com o esperado, corroborando as evidências apresentadas na análise descritiva (Figuras 2 e 3).

As Figuras 4, 5 e 6 ilustram e confirmam as relações apontadas entre as avaliações de transparência dos municípios com os índices de educação e renda da FIRJAN. A análise regional ainda demonstra que as menores notas das avaliações (Figura 4), bem como os menores índices de renda e educação (Figuras 5 e 6), se localizam nos estados do Norte e Nordeste - estados estes com os menores níveis de desenvolvidos do país. Por outro lado, os estados do Sul e Sudeste, com maiores níveis de desenvolvimento econômico, apresentam maiores notas de avaliação e índices superiores de renda e educação. Este resultado aponta para a necessidade de políticas regionais com o objetivo de ampliação dos níveis de renda e educação de forma a melhorar o nível de transparência dos municípios brasileiros;

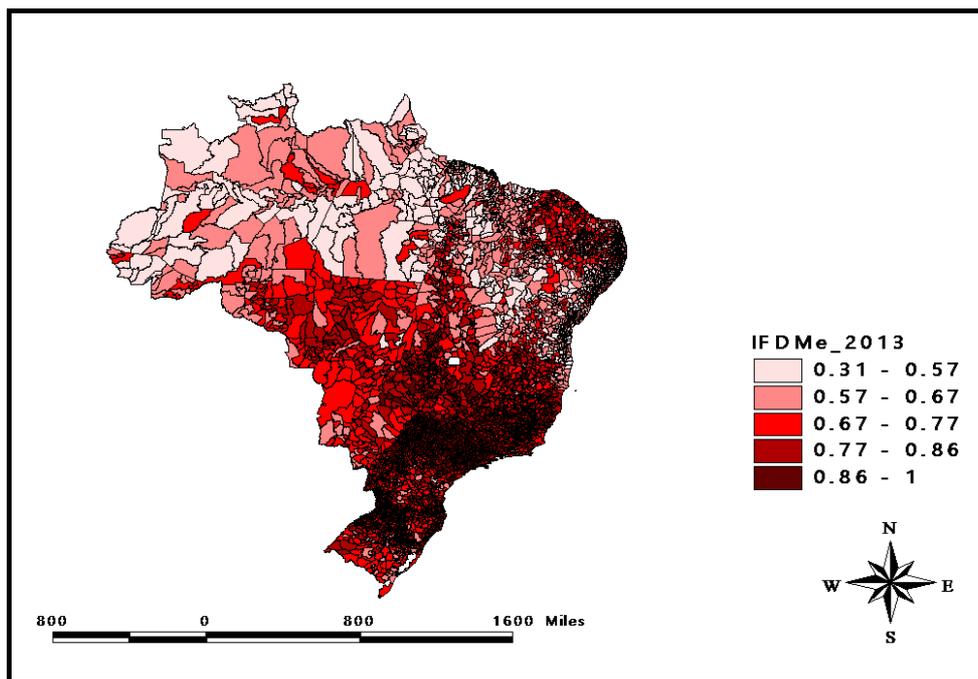
Figura 4 – Gráfico regional com a nota avaliação - 2016



Fonte: Elaboração Própria

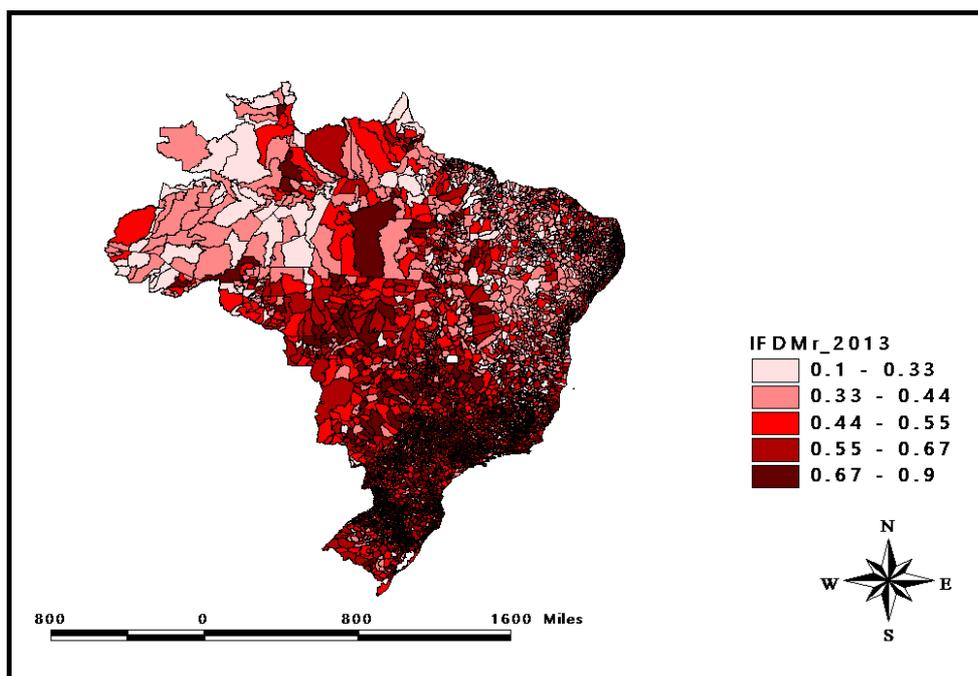
No que tange as variáveis de interesse, cent, cent_d e cent_e, estas apresentam-se não significativas a qualquer nível de confiança, apontando que a ideologia partidária no Brasil não é variável relevante para explicar o grau em que os gestores públicos são mais ou menos transparentes em suas condutas. O resultado sugere que a distribuição das notas entre as posições políticas aparece de forma aleatória, de modo que não é possível estatisticamente prever qualquer relação entre uma determinada ideologia partidária e a disposição dos gestores públicos em conceder as informações da administração para a sociedade.

Figura 5– Gráfico regional com o Índice de Educação da FIRJAN



Fonte: Elaboração Própria

Figura 6– Gráfico regional com o Índice de Renda da FIRJAN



Fonte: Elaboração Própria

Este resultado confirma Zuccolotto e Teixeira (2014) que realçam as peculiaridades do sistema brasileiro, como o pluripartidarismo nacional e as alianças políticas heterogêneas firmadas a níveis municipal, estadual e federal. Os autores destacam a falta de coerência nas coligações partidárias nas eleições brasileiras e o fato de que, historicamente, a principal forma de sustentação política deste sistema se dar através de incentivos políticos, como concessão de cargos comissionados, secretarias e pastas ministeriais. De forma complementar, Krause *et al* (2010) argumentam que no Brasil, a lógica partidária e de competição política se torna inexistente devido ao protagonismo da adoção do governo de coalizão, firmado também através de incentivos como cargos comissionados; concessões de pastas ministeriais, secretarias e cargos; tendo destaque este último, que, tradicionalmente, se firma como peça chave nos acordos de coalizões governamentais realizados no Brasil.

Além disso, os partidos políticos já não constituem uma referência eleitoral nem tampouco de confiança, em razão da perda de identidades ideológicas por parte das organizações partidárias (REBELLO, 2015). Ideias de partidos considerados de esquerda e direita estão muito próximas ou centralizadas para que possam obter apoio na disputa pelo revezamento do poder. Pensar em accountability eleitoral, ao nível partidário, esse mecanismo está mais distante ainda, pois, com o grande número de partidos e as coalisões de governo, premiar ou punir bancadas parlamentares seria apenas para cumprir protocolos (REBELLO, 2015).

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da Lei nº 12.527/2011 que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas, buscou-se observar a relação entre a ideologia política dos partidos políticos brasileiros – centro, esquerda e direita e a transparência na prática de prestação de contas dos municípios brasileiros através da nota da avaliação de transparência de Gestão do Ministério Público Federal (MPF).

Os resultados corroboram Cruz *et al* (2012), Bellver e Kaufmann (2005) e Zuccolotto e Teixeira (2014), na medida que indicam que a ideologia política no Brasil não é significativa para explicar o quão transparente se apresenta a gestão dos prefeitos em suas prefeituras e que os fatores socioeconômicos como acesso à informação - medido pelo nível de renda - e o nível de instrução - medido pelo nível de educação – se mostram relevantes para justificar o empenho dos governantes em prestar contas de suas condutas perante a sociedade.

A relação positiva entre a renda da população e a transparência dos gestores, pode indicar que mais indivíduos terão acesso à informação, e com essa maior fiscalização, mais os gestores se empenharão em manter um alto nível de transparência. A relação positiva entre educação e a transparência reforça a ideia de que uma sociedade mais instruída possui maior conhecimento acerca das obrigações dos seus gestores, elevando assim as exigências sobre as

ações deles. Com isso, maiores investimentos na educação e políticas de distribuição de renda podem ter um efeito positivo na participação cívica dos eleitores, possibilitando o acesso à informação para uma parcela cada vez maior da sociedade.

REFERÊNCIAS

ALT, J. E.; LASSEN, D. D.; ROSE, S. The causes of fiscal transparency: evidence from the US states. **IMF Staff papers**, v. 53, n. 1, p. 30-57, 2006.

BABIRESKI, F. R. Pequenos partidos de direita no Brasil: uma análise dos seus posicionamentos políticos. Newsletter. **Observatório de elites políticas e sociais do Brasil**, Curitiba, v. 3, n. 6, p. 1-16, 2016.

BELLVER, A.; KAUFMANN, D. Transparenting transparency: Initial empirics and policy applications. **World Bank Policy Research Working Paper**, p. 1-72, 2005.

BERNARDO, J. S.; DE OLIVEIRA REIS, A.; SEDIYAMA, G. A. S. Características explicativas do nível de transparência na administração pública municipal. **Revista Ciências Administrativas**, v. 23, n. 2, p. 277-292, 2017.

CASTRO, M. M. M. de. Determinantes do comportamento eleitoral: A centralidade da sofisticação política. 1994 Tese (Doutorado) - **Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 1994.

CHOO, C. W. A organização do Conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Ed. **Senac**, 2003.

CRUZ, C. F.; FERREIRA, A. C. S.; SILVA, L.M.; MACEDO, M. A. S. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 1, p. 153-176, 2012.

DOWNS, A. Uma teoria econômica de democracia. São Paulo: **EDUSP**, 1999.

DUVERGER, Maurice. Os Partidos Políticos. Rio de Janeiro: Zahar/UnB, 1980.

FERNANDES, F. Entrevista a Fátima Murad. *Tempo Social*; Rev. **Sociol. USP**, S. Paulo, 7(1-2): 185-195, 1995.

FERNANDES, J. L. G. Educação e Cidadania em Paulo Freire. Dissertação (Mestrado em Pedagogia) – **Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais**, Universidade Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

FILGUEIRAS, F. Além da Transparência: Accountability e Política da Publicidade. São Paulo: **Lua Nova**, 2011.

GAMA, J. R.; RODRIGUES, G. M. Transparência e acesso à informação: um estudo da demanda por informações contábeis nas universidades federais brasileiras. **TransInformação**, v. 28, n. 1, 2016.

GRIMMELIKHUIJSEN, S. G.; WELCH, E. W. Developing and testing a theoretical framework for computer-mediated transparency of local governments. **Public administration review**, v. 72, n. 4, p. 562-571, 2012.

GUJARATI, D. *Enometric Analysis*. **Prentice Hall**, 2003.

KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências. São Paulo: **Konrad Adenauer Unesp**, 2010.

LEITE FILHO, G. A.; ANDRADE, I. C. F.; COLARES, A. F. V. Transparência da gestão fiscal pública: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do Estado de Minas Gerais. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11., 2014, **São Paulo. Anais...** São Paulo, SP: FEA; USP, 2014.

MEDEIROS, S. A.; MAGALHÃES, R.; PEREIRA, J. R. Lei de acesso à informação: em busca da transparência e do combate à corrupção. **Informação & informação**, v. 19, n. 1, p. 55-75, 2014.

O'DONELL, G. A. Delegative democracy. **Journal of democracy**, v. 5, n. 1, p. 55-69, 1994.

PAIVA, C.P.R.; ZUCCOLOTTO, R. Índice de transparência fiscal das contas públicas dos municípios obtidos em meios eletrônicos de acesso público. In: ENCONTRO DA ANPAD, XXXIII, São Paulo, 2009. **Anais... Anpad**, 2009.

PINDICK, R. S.; RUBINFELD, D. L. Microeconomia. São Paulo: **Makron Books**, 1994.

PRADO, O. Governo eletrônico e transparência: a publicização das contas públicas das capitais brasileiras. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - **Fundação Getúlio Vargas**, São Paulo, 2004.

PRZEWORSKI, A. Sobre o desempenho do Estado: uma perspectiva agente x principal. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. Reforma do Estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: **Fundação Getúlio Vargas**, 2001, p. 39-73.

REBELLO, M. M. A dificuldade em responsabilizar: o impacto da fragmentação partidária sobre a clareza de responsabilidade. **Rev. Sociol. Política.**, v. 23, n. 54, p. 69-90, jun. 2015.

RICE, R. E. Primary issues in Internet use: Access, civic and community involvement, and social interaction and expression. Handbook of new media: Social shaping and consequences of ICTs, p. 105-129, 2002.

ROCHA, M. P. C. A questão cidadania na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, v. 29, n. 1, p. 40-45, 2000.

ROEDER, K. M.; HORIZONTE, B. Existe uma nova direita no Brasil? Uma proposta de classificação e análise de seu perfil social. In: **10º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO POLÍTICA DE CIÊNCIA POLÍTICA**, Belo Horizonte, 2016.

TAKAHASHI, T. Sociedade da informação no Brasil: livro verde. Brasília: Ministério da **Ciência e Tecnologia**, 2000.

TAROUÇO, G. S. Classificação ideológica dos partidos brasileiros: notas de pesquisa. In: **32º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, Caxambu, 2008.

TAROUÇO, G. S.; MADEIRA, R. M. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 45, p. 149-165, 2013.

TONET, I. Educação, cidadania e emancipação humana. **Ijuí: Unijuí**, 2005.

VASCONCELLOS, F. O Globo. Maioria dos partidos se posiciona como de Centro. Veja quem sobra no campo da Direita e da Esquerda, 2016. Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/na-base-dos-dados/post/maioria-dos-partidos-se-posiciona-como-de-centro-veja-quem-sobra-no-campo-da-direita-e-da-esquerda.html>> Acesso em: 13 de outubro de 2017.

ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho. As causas da transparência fiscal: evidências nos estados brasileiros. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 25, n. 66, p. 242-254, 2014.

Anexo 1: Instrumento de avaliação de transparência desenvolvido pela Enccla

TRANSPARÊNCIA ATIVA	PONTOS
1- O ente possui informações sobre transparência na internet?	2
2- O site contém ferramenta de pesquisa que permita o acesso à informação?	2
RECEITA	

3- Há informações sobre a receita nos últimos 6 meses, incluindo natureza, valor de previsão e arrecadado?	10
DESPESA	
4- Valor do empenho	4
Valor da liquidação	3
Valor do pagamento	4
Favorecido	4
LICITAÇÕES E CONTRATOS	
5- O site apresenta dados nos últimos 6 meses contendo:	
Íntegra dos editais de licitação	4
Resultado dos editais de licitação (vencedor é suficiente)	3
Contratos na íntegra	3
6- O ente divulga as seguintes informações concernentes a procedimentos licitatórios com dados dos últimos 6 meses?	
Modalidade	1
Data	1
Valor	1
Número/ano do edital	1
Objeto	1
RELATÓRIOS	
7- O site apresenta:	
A prestações de contas (relatório de gestão) do ano anterior	2
Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) dos últimos 6 meses	3
Relatório de Gestão Fiscal (RGF) dos últimos 6 meses	3
Relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes	2
8- O Site possibilita a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto (CSV), de modo a facilitar a análise das informações?	2
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC	
9- Existe indicação precisa no site de funcionamento de um Serviço de Informações ao Cidadão?	1
Há indicação do órgão	1
Há indicação de endereço	1
Há indicação de telefone	1
Há indicação dos horários de funcionamento	1
SERVIÇO ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC	
10 - Há possibilidade de envio de pedidos de informação de forma eletrônica (e-SIC)?	8
11 - Apresenta possibilidade de acompanhamento posterior da solicitação?	7
12 - A solicitação por meio do e-SIC é simples, ou seja, sem a exigência de itens de identificação do requerente que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação?	5
DIVULGAÇÃO DA ESTRUTURA E FORMA DE CONTATO	
13 - No site está disponibilizado o registro das competências e estrutura organizacional do ente?	2
14 - O Portal disponibiliza endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público?	2
BOAS PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA	
15 - Há divulgação de remuneração individualizada por nome do agente público?	10
16 - Há divulgação de Diárias e passagens por nome de favorecido e constando, data, destino, cargo e motivo da viagem?	5

Fonte: Ranking da Transparência do MPF (2015).